

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO.

Autos nº 23/2006

Natureza: Ação Civil Pública

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso e o Município de Alto Paraguai firmaram ajustamento de conduta judicial, consoante termo em anexo, contendo seis laudas.

Requer o *Parquet* a sua homologação nos moldes nele consignados.

Diamantino, 20 de março de 2009.

Regilaine Magali Bernardi Crepaldi

Promotora de Justiça

AJUSTAMENTO DE CONDUTA JUDICIAL

Ação Civil Pública nº 23/2006

Natureza: ação civil pública para cumprimento de obrigação de fazer com pedido de

liminar

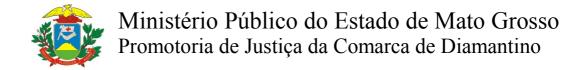
Vara da Infância e Juventude

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Requerido: Município de Alto Paraguai/MT

Aos vinte dias do mês de março de 2009, às 14:00 horas, na sede da Promotoria de Justiça de Diamantino, pelo presente instrumento, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil, de um lado o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Promotora de Justiça, Dra. Regilaine Magali Bernardi Crepaldi, infra-assinada, doravante denominada PRIMEIRO ACORDANTE e de outro lado o Município de Alto Paraguai, representando pelo Sr. Adair José Alves Moreira, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, portador da cédula de identidade RG nº 09287868, da SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 604.418.441-20, podendo ser localizado na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Tiradentes, nº 40, Alto Paraguai, doravante denominado SEGUNDO ACORDANTE celebram este COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO de sua conduta, que tem por objeto o fornecimento de transporte escolar integral, gratuito e contínuo a todos os alunos das comunidades rurais de Alto Paraguai matriculados na rede pública municipal de ensino e a realização de reparos e manutenção das estradas municipais que interligam as comunidades rurais e as escolas, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO a propositura da Ação Civil Pública distribuída junto a Vara Especializada da Infância e Juventude da Comarca de Diamantino atuada sob o nº 123/2006, relativa a obrigação de fazer consistente no fornecimento de transporte escolar integral, gratuito e contínuo a todos os alunos das comunidades rurais de Alto Paraguai matriculados na rede pública municipal de ensino e a



realização de reparos nas estradas municipais que interligam as comunidades rurais e as escolas:

CONSIDERANDO que na audiência realizada no dia 03 de março de 2009 foi solicitada a suspensão do processo para que as partes pudessem entabular termo de ajustamento de conduta (fls.970);

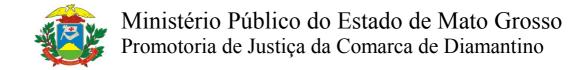
CONSIDERANDO que a Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente impõe o dever à sociedade e ao Estado de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à **educação**, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (artigo 227, "caput", da Constituição Federal; artigo 4º e artigo 54, da Lei Federal nº 8.069/90);

CONSIDERANDO as péssimas condições dos ônibus e veículos que até então realizavam o transporte escolar dos alunos das comunidades rurais de Alto Paraguai matriculados na rede pública municipal de ensino, bem como as precárias condições das estradas municipais que interligam as comunidades rurais e escolas, ou seja, locais de trajeto dos veículos escolares;

CONSIDERANDO que a oferta irregular de ensino importa responsabilidade da autoridade competente (artigo 208, §2°, CF e artigo 54, §2°, da Lei Federal n° 8.069/90);

CONSIDERANDO que artigo 208, inciso VII, da Magna Carta estabelece o dever do Estado de atender o educando através de programas suplementares, dentre os quais o de transporte, cuja ressalva é feita para destacar que em Alto Paraguai muitas famílias não possuem recursos para custear o transporte de seus filhos para a escola e a omissão do Município acarreta a ausência do aluno as salas de aula, não aprovação em decorrência da perda de conteúdos, além da nefasta evasão escolar;

CONSIDERANDO que "o Estado espectador, com administradores



públicos fazendo a Política do 'lavo as minhas mãos', deve dar lugar a um Estado com o dever/direito de levar a Educação até o cidadão e, se for o caso, de buscá-lo em sua casa";

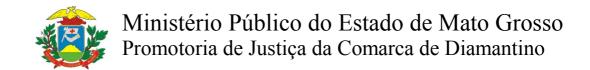
CONSIDERANDO que a o artigo 208, §1º, da Constituição Federal reconhece como direito público subjetivo o acesso ao ensino obrigatório e gratuito, o que representa que para garantir o acesso ao sistema de ensino, a sociedade pode se valer de instrumentos jurídicos, dentre eles a ação civil pública;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover a ação penal, inquérito civil e a ação civil pública para a proteção aos direitos da criança e do adolescente, e de outros interesses difusos e coletivos, possuindo legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados (artigo 129, incisos I, II e III, da Constituição Federal; artigo 201, inciso V do ECA:

CLÁUSULA PRIMEIRA — O segundo acordante admite que o transporte escolar dos alunos das comunidades rurais de Alto Paraguai matriculados na rede pública municipal de ensino, por estar irregular, acarretou prejuízo ao acesso a educação de diversos alunos, que levou o Município a concretizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 001/2009, referente a Contratação de Serviços de Transporte Escolar, para atender a rede pública de ensino para o ano letivo de 2009, sagrando-se vencedora a empresa WRM Terraplanagens e Construções LTDA — CNPJ:09.436.261/0001-23;

CLÁUSULA SEGUNDA – Assim o segundo acordante compromete-se a imediatamente fornecer transporte escolar integral, gratuito e contínuo a todos os alunos das comunidades rurais de Alto Paraguai matriculados na rede pública de ensino, a fim de que os mesmos tenham acesso a todas

¹ MOREIRA, Orlando Rochadel. Políticas Públicas e Direito à Educação. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2007, p.117.



as escolas públicas municipais localizadas tanto na zona rural quanto na área urbana de Alto Paraguai;

CLÁUSA TERCEIRA - compromete-se ao fornecimento imediato de transporte escolar eficiente, adequado e seguro, de forma a que todos os alunos matriculados na rede pública municipal de ensino sejam transportados em quantidade condizente com o número de assentos de cada veículo, e em ônibus com condições adequadas de tráfego, observadas todas as normas pertinentes à condução dos escolares, em especial as definidas no artigo 136 e seguintes do Código de Trânsito Brasileiro:

CLÁUSULA QUARTA – o segundo acordante assume, o compromisso de manter permanentemente o transporte escolar de forma integral, gratuita, contínua, eficiente, adequada e segura a todos alunos das comunidades rurais do Município de Alto Paraguai matriculados na rede pública municipal de ensino, ou seja, ano após ano, observadas todas as prescrições legais, de forma a garantir o acesso de referidos alunos ao ensino;

CLÁSULA QUINTA - Obriga-se, ainda, a no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da celebração do presente termo, a concluir os reparos nas estradas municipais que interligam as comunidades rurais e as escolas, ou seja, nos locais de trajeto dos ônibus escolares, incluindose as pontes, em condições de trafegabilidade, observadas todas as prescrições legais de regência;

CLÁUSULA SEXTA - o segundo acordante obriga-se a manter permanentemente as condições de conservação das estradas municipais que interligam as Comunidades rurais e as escolas, ou seja, nos locais de trajeto dos ônibus escolares, incluindo-se as pontes, observadas todas as prescrições legais de regência;

CLÁUSULA SÉTIMA – no prazo de 60 (sessenta) dias contados da celebração do presente instrumento, será realizada vistoria junto a todos os veículos que realizam o transporte escolar, para verificação minuciosa das condições de trafegabilidade e segurança dos mesmos, por profissional a ser nomeado pelo juízo, sugerindo-se a equipe do Ciretran local, cuja obrigação lhe compete (art.136, CTB);

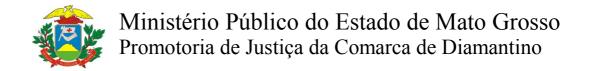
CLAÚSULA OITIVA — ultimado o prazo previsto na cláusula quinta,ou seja, noventa dias contados da celebração do presente instrumento, será realizada inspeção *in loco* junto as estradas municipais que interligam as Comunidades rurais e as escolas, ou seja, nos locais de trajeto dos ônibus escolares, *por profissional capacitado a ser nomeado pelo Juízo*, para verificação das condições de trafegabilidade;

CLÁUSULA NONA - Em caso de descumprimento das obrigações assumidas, o segundo acordante Município de Alto Paraguai ficará sujeito ao pagamento de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e multa diária pessoal ao atual gestor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que reverterão para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CLÁUSULA DÉCIMA - Este compromisso produzirá efeitos legais a partir de sua celebração, e terá eficácia de título executivo judicial, após homologação judicial, que levará a extinção do processo com resolução do mérito, com fulcro no disposto no artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil.

E, por estarem de acordo, firmam o presente em quatro vias de igual teor e forma. Tendo o ajustamento supra sido inteiramente acatado pelas partes presentes, foi determinado o encerramento do presente termo.

Consigna-se que as ações judiciais da competência da Justiça da Infância e



Juventude são isentas de custas e emolumentos, na forma do artigo 141,§2º, do ECA e a ação foi proposta pelo Ministério Público, razão pela qual o ajuste não definiu referidas responsabilidades, ou seja custa processuais e honorários advocatícios.

Diamantino, 20 de março de 2009.

Regilaine Magali Bernardi Crepaldi Promotora de Justiça

Adair José Alves Moreira Prefeito Municipal